

Uma pancada na real cabeça – seleção lexical em ofício do Conde de Oeiras sobre um ataque ao rei de Portugal

(A hit on the royal head – the lexical selection in a manuscript letter from the *Conde de Oeiras* about an attack against the king of Portugal)

Renata Ferreira Munhoz

Faculdade de Filosofia, Letras e Ciências Humanas – Universidade São Paulo (USP)

renatamunhoz@usp.br

Abstract: This paper intends to study the lexical selection specially related to adjectives in handwritten documents, based on of the compassion between two lessons of a letter sent by the Conde de Oeiras (best known as the “Marquess of Pombal”) to the captain general of the captaincy of São Paulo, Morgado de Mateus, in the late eighteenth century. The analyzed letter, which is dated 19th December 1769, describes minutely an attack against the Portuguese king, Dom José, in a colorful way. The handwriting is compared with its own copy, probably produced in the captaincy of São Paulo.

Keywords: Philology; manuscripts; adjectives.

Resumo: Este trabalho intenciona estudar a seleção lexical, sobretudo de adjetivos, em fontes manuscritas, a partir do cotejo de duas lições de um ofício enviado pelo Conde de Oeiras (posteriormente, o Marquês de Pombal) ao Morgado de Mateus em seu período de governo como capitão general da capitania de São Paulo, no final do século XVIII, narrando de forma pitoresca um ataque sofrido pelo rei português Dom José. O texto manuscrito, rico em detalhes e datado de 19 de dezembro de 1769, será estudado em sua primeira via, com a assinatura autógrafa do Conde de Oeiras em comparação com uma cópia, provavelmente produzida na capitania de São Paulo.

Palavras-chave: Filologia; manuscritos; adjetivos.

Introdução

Este trabalho tem o intuito de estudar a seleção lexical, sobretudo no que diz respeito aos adjetivos, em fontes manuscritas, a partir do cotejo de duas lições de um ofício enviado pelo Conde de Oeiras (posteriormente, o Marquês de Pombal) ao Morgado de Mateus em seu período de governo como capitão general da capitania de São Paulo. Datado de 19 de dezembro de 1769, o ofício narra de forma pitoresca e rica em detalhes um ataque sofrido pelo rei português.

Esse texto manuscrito será estudado em um testemunho original, com a assinatura autógrafa do Conde de Oeiras, em comparação com uma cópia, provavelmente produzida na capitania de São Paulo. O primeiro testemunho encontra-se arquivado em versão microfilmada na Biblioteca Nacional do Rio de Janeiro, como parte do Fundo Morgado de Mateus; enquanto a cópia pode ser pesquisada diretamente no cartulário¹ em que se encontra encadernada no acervo do Arquivo Público do Estado de São Paulo.

¹ Os cartulários eram livros em que se copiavam as correspondências recebidas. São conhecidos como *códices factícios* por reunirem em uma encadernação testemunhos escritos, originariamente independentes.

Como aporte metodológico, foram empregadas as seguintes etapas para a produção deste artigo:

- I. A realização da transcrição semidiplomática, pois para estudos linguísticos não seria viável uma edição de textos antigos totalmente transcritos no português atual, pois se perderiam todas as particularidades essenciais da escrita do período.
- II. O desenvolvimento da *collatio*, ou colação, enquanto primeira parte da operação de edição crítica, em que se compararam as duas lições, embora sem o interesse de reconstituir o texto original, em busca de se verificarem as variantes.
- III. A montagem do *aparato crítico* ou *aparato de variantes*, no qual se registraram os termos com variação gráfica no processo de transmissão da versão original à cópia.
- IV. A construção da análise sobre o emprego dos itens lexicais, com atenção especial aos adjetivos e locuções adjetivas, na construção do discurso veiculado no documento manuscrito.

O corpus

O *corpus* selecionado é formado por um conjunto de dois testemunhos de um ofício manuscrito da segunda metade do século XVIII, estudados como fragmentos que retratam o uso da língua portuguesa em correspondências oficiais do século XVIII.

Selecionou-se, segundo a classificação de tipologia documental estabelecida por Bellotto (2002, p. 54-77), um ofício, a fim de possibilitar a comparação entre um documento original e sua cópia. Os ofícios são documentos não diplomáticos e informativos, por meio dos quais se mantém o intercâmbio de informações de forma padronizada e em caráter oficial entre subalternos e autoridades e entre órgãos públicos e particulares.

Esses testemunhos do ofício foram transcritos de forma semidiplomática e justalinhar. De acordo com Cambraia, Cunha e Megale (2001, p. 13), a edição de textos antigos totalmente transcritos no português atual seria inviável para estudos filológicos, uma vez que se perderiam todas as particularidades essenciais da escrita do período. Decorre daí a escolha pela edição semidiplomática, que mantém as marcas textuais como a pontuação, as abreviaturas, a segmentação e a junção de palavras.

A fim de facilitar a visualização, transcreveram-se apenas as duas primeiras páginas, que constituem um fôlio da versão original do ofício. Utilizaram-se, para tanto, as “Normas para Transcrição de Documentos Manuscritos”, propostas durante o 2º. Seminário “Para a História do Português do Brasil”, realizado em Campos do Jordão, em maio de 1998, a fim de que a transcrição torne-se fonte fidedigna de consulta. Essas normas foram seguidas de acordo com a dissertação de mestrado de Munhoz (2009, p. 85-87).²

Apresentam-se, a seguir, os dois testemunhos estudados. Há, inicialmente, o verbete explicativo em formato de box, elaborado com base no proposto por Megale e Toledo Neto (2006, p. 133). A versão fac-similar do manuscrito original idiógrafo é seguida da

² Dissertação disponível para consulta no seguinte endereço eletrônico: <<http://www.teses.usp.br/teses/disponiveis/8/8142/tde-01122009-152250/fr.php>>.

respectiva transcrição semidiplomática. Por fim, incluem-se as imagens fac-similares dos três fôlios do testemunho B. Por questão de espaço e para se evitarem conflitos de numeração das linhas, optou-se por incluir unicamente a transcrição do testemunho original. Além disso, por se tratar de um manuscrito bem conservado, é possível conferir na própria versão fac-similar as grafias apontadas no aparato crítico.

Quadro 1. Box contendo o verbete do ofício

1769, Dezembro, 19. Lisboa. OFÍCIO do Conde de Oeiras, ao Governador e Capitão General da Capitania de São Paulo, Dom Luís Antonio de Souza Botelho Mourão, informando sobre um ataque sofrido pelo Rei de Portugal.

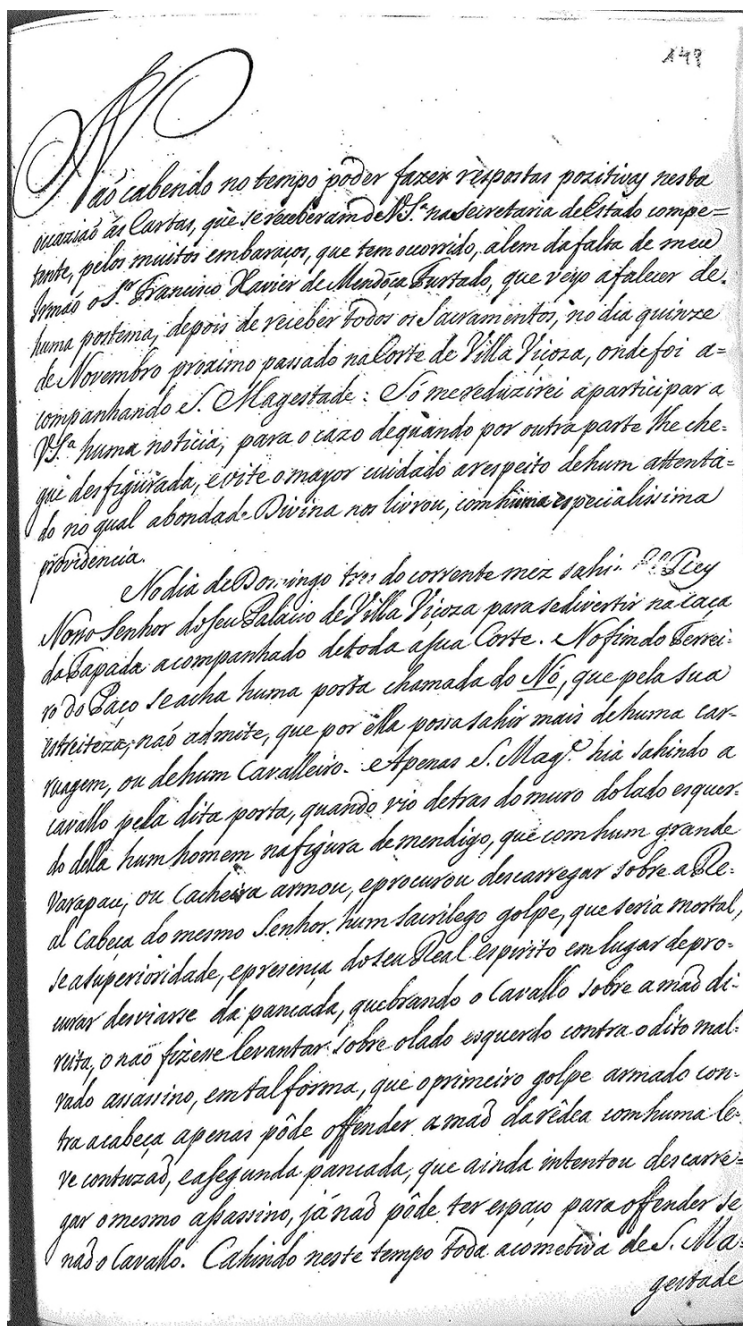


Figura 1. Página 1 do testemunho A (original idiógrafo)

Naõ cabendo no tempo poder fazer respostas positivas nesta
occaziã ás Cartas, que se receberamde *Vossa Senhoria* na Secretaria de Estado compe=
tente, pelos muitos embaraços, que tem ocorrido, alem da falta de meu
Irmaõ o *Senhor* Francisco Xavier de Mendõça Furtado, que veyo a falecer de
5 huma postema, depois de receber todos os Sacramentos, no dia quinze
de Novembro proximo passado na Corte de Villa Viçoza, onde foi a=
companhando *Sua Magestade*: Só me reduzirei a participar a
Vossa Senhoria huma noticia, para o cazo de quando por outra parte lhe che=
gue desfigurada, evite o mayor cuidado a respeito de hum attenta=
10 do no qual a bondade Divina nos livrou, com huma especialissima
providencia.
No dia de Domingo tres do corrente me sahio El Rey
Nosso Senhor do seu Palacio de Villa Viçoza para se divertir na caça
da Tapada acompanhado de toda a sua Corte. No fim do Terrei=
15 ro do Paço se acha huma porta chamada do Nó, que pela sua
estreiteza, naõ admite, que por ella possa sair mais de huma car=
ruagem, ou de hum Cavalleiro. Apenas *Sua Magestade* hia sahindo a
cavallo pela dita porta, quando vio detras do muro do lado esquer=
do della hum homem na figura de mendigo, que com hum grande
20 Varapau, ou Cacheira armou, e procurou descarregar sobre a Re=
al Cabeça do mesmo Senhor hum sacrilego golpe, que seria mortal,
se a superioridade, e presença do seu Real espirito em lugar de pro=
curar desviar-se da pancada, quebrando o Cavallo sobre a mão di=
reita, o naõ fizesse levantar sobre o lado esquerdo contra o dito mal=
25 vado assassino, em tal forma, que o primeiro golpe armado con=
tra a cabeça apenas pôde offender a mão da rêdea com hum ale=
ve contuzã, e a segunda pancada, que ainda intentou descarre=
gar o mesmo assassino, já naõ pôde ter espaço para offender se
naõ o Cavallo. Cahindo neste tempo toda a comitiva de *Sua Ma*=
30 gestade

35 [[Magestade]] sobreo referido monstruo, foi taõ obstinada a su[a fero=
cidade, quemaltratou algumas das pessoas, que estavam mais [perto]
emquanto naõ foi prezo; principalmente porqueSua Mages[tade]
com outra presença de espirito, quesó na grandeza doseu[Real]
animo podia caber, no meyo do conflito dehum taõ inespera[do in=
sulto, ordenou que ninguem matasse, ouferisse o mesmo [malvado]
assassino, mas quesó o prendessem. E dada esta Ordem con[tinu=
ouSua Magestade successivamente oseu caminho para aTap[ada,]
40 onde sedivertio athé á noite naforma do costume dos mais [dias,]
eserecolheo aestaCorte no dia deseseis do corrente. O execr[ando]
Reo sendo com effeito tomado ás maõs, prezo, e atado foi c[onduzi=
do paraSegura prizaõ emqueseacha.

45 Pelas primeiras Embarçaõens, que daqui partiraõ [breve=
mente, participarei aVossaSenhoria Resoluçoens deSuaMag[estade]
respectivas ás Cartas deVossaSenhoria.

Suas Magestades se conservam na felis disposiça[õ, que]
devemos desejarlhes, ea mesma logram todas as mais Pess[oas Reaes.]

50 Deosguarde aVossaSenhoria Palacio deNossaSenhora [daAju=
da a19 deDezembro de1769

Conde deOeiras

Senhor DomLuis Antonio deSouza.

60

Não cabendo no tempo poder fazer
 Raportas positivas nesta causa ao Senhor, que se
 recebeu de S.^{ma} Secretaria de Estado competente,
 pelo malhe embarcaçõs, que tem corrido, além
 da falta de nos termos do Senhor Francisco Xavier
 de Mendonça Coutado, que sup. a falção de hum
 portama, depois de receber todos os Sacramentos, no
 dia quinze de Novembro proximo passado na Cor-
 te de S.^{ma} Magestade, onde foi acompanhando Sua
 Magestade. Se me reduzerei a participar a
 S.^{ma} Magestade a noticia, para o caso de quando por
 outra parte lhe chegar de figurado, e visto a ma-
 yor coudade a respeito de humo alenteado, no qual
 a bondade Divina na obra, com humo espe-
 cialissima providencia.

No dia de Domingos
 de Novembro me sahio o Sr. D. João de
 Sá e Albuquerque para se divertir na
 caça da Capata, acompanhado de toda a sua Corte
 No fim do Correo do Rio se achou humo por-
 ta charrada do Sr. que pela sua entelleza,

Figura 3. Página 1 do testemunho B (cópia)

entelleza, não admittendo que por ella possa sahio
 mais de humo carruagem, ou de humo Caval-
 ro. Apenas sua Magestade viu sahindo a
 cavallo pela dita porta, quando viu de stras do mu-
 ro do Sado equo de humo humo humo na fi-
 gura de mouro, que com humo grande vara-
 pau, ou Cachira armada, e por cima de carregar
 sobre a Real Cabeça do mesmo Senhor humo
 aonleque golpe, que seria mortal, se a superio-
 ridade espirital de sua Real Magestade em lugar
 de procurar deviancia a pancada, que brande o
 cavallo sobre a mão direita, e não se moveu levan-
 tar sobre o lado esquerdo contra o dito mouro
 assasino, em tal forma, que o primeiro golpe
 armado contra a cabeça apenas pode offender
 a mão direita com humo leve convulsão, e a se-
 gunda pancada, que ainda intentou descarregar
 e mesmo assasino, ja não pode ser ouço para
 offender se não o cavallo. Cahirido neste tem-
 po toda a amélica de S.^{ma} Magestade sobre e re-
 ferida memoria, foi tão obtinada a sua feroci-
 dade, que maltrou alguns dos portos, que
 citava mais perto em quanto não foi preso, prin-
 cipalmente por que S.^{ma} Magestade com outra

Figura 4. Página 2 do testemunho B (cópia)

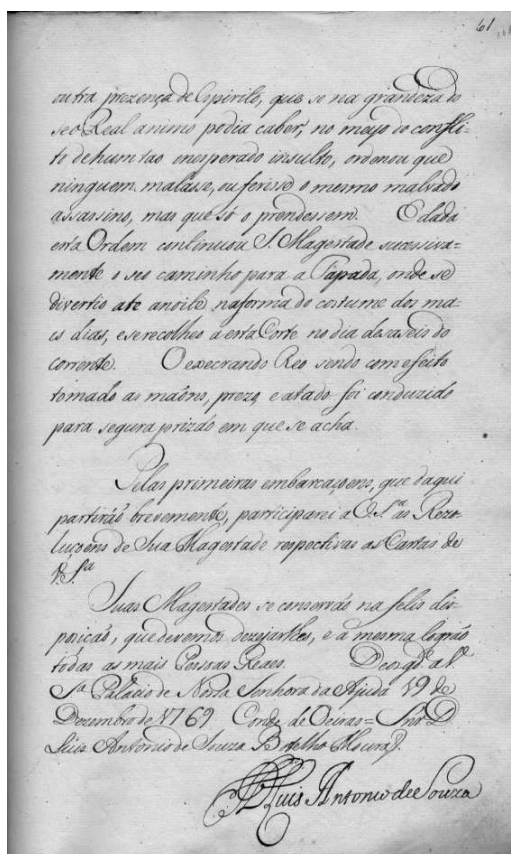


Figura 5. Página 3 do testemunho B (cópia)

Cotejo dos testemunhos

De acordo com Blecua (1983, p. 43), a colação (*collatio codicum*) constitui uma etapa importante a uma edição crítica por permitir que o editor identifique as variantes que comumente ocorrem no processo de cópia. Considerando-se que o copista lê um fragmento, memoriza-o, dita-o a si mesmo e transcreve-o, para só então retornar ao modelo, torna-se comum, além das intervenções voluntárias, os erros de cópia. Ainda segundo Blecua (1983, p. 18), tais erros podem ser classificados como “por adição” (*adiectio*); “por omissão” (*detractatio*); “por alteração da ordem” (*transmutatio*); “por substituição” (*immutatio*). Comparando-se os dois testemunhos que constituem o *corpus* deste artigo, pôde-se construir o quadro a seguir:

Quadro 2. Aparato de variantes gráficas

Testemunho A	Testemunho B
positivas	positivas
occaziã	ocasiaõ
receberam	receberaõ
attentado	atentado
mez	mês
Viçozá	Viçosa

Uma vez que as variantes são devidas a alternâncias de ordem meramente gráfica, pode-se inferir que não se tratam exatamente de erros, como os que Blecua (1983, p. 18) elenca, mas de intervenções voluntárias, devidas à escolha do copista, situação recorrente no período pseudoetimológico da Língua Portuguesa.

Por não haver alternâncias entre os testemunhos que impliquem no nível do discurso, a análise foi desenvolvida a partir das ocorrências do testemunho original transcrito, o que facilita também a conferência do fragmento no corpo do texto.

Redigidos em papel de trapo, suporte bem resistente, ambos os testemunhos não apresentam problemas de degeneração pelo tempo, tais como a umidade, o fogo, a deterioração por má conservação, nem a ação de papirófagos.

Assim, brevemente observadas algumas características formais, sem se pormenorizarem questões de cunho paleográfico ou codicológico, parte-se para a análise de aspectos do discurso contido no ofício a partir da observação da subjetividade, definida por Benveniste (2005, p. 285) como a capacidade de o locutor definir-se como sujeito, estabelecendo seu *status* linguístico. Para tanto, optou-se pela observação do emprego vocabular, com a significação das “palavras-chave que apresentam significado cultural” (PEDROSA, 2008, p. 132) e a estrutura textual, estudando-se as estratégias de construção do poder e do *ethos* do Conde de Oeiras enquanto autor.

Análise

Diante da riqueza de detalhes apresentados no discurso do *corpus* em análise, optou-se por observarem-se mais detidamente a classe gramatical dos adjetivos, bem como locuções adjetivas enquanto expressões de adjetivação. Sendo o autor do ofício, o Conde de Oeiras, representante da mais alta esfera do governo português, esta análise visa compreender em que medida a construção discursiva garantia a hegemonia, a ideologia e o poder inerentes ao sistema sociopolítico do período.

A presente análise leva em conta a asserção de Andrade (2011, p. 21), de que para além dos estudos filológicos, é preciso levar em conta também a perspectiva sociológica, segundo a qual a linguagem é uma atividade social relacionada à representação da realidade. Tal representação nunca é totalmente objetiva, o que pode ser comprovado pelo uso de adjetivos subjetivos, a que Engelmann³ (apud MOSCA, 1991, p. 70) conceitua como o lexema preferencial para rotular os estados subjetivos, por serem termos polares no diferencial semântico usado como escala para o estudo desses estados subjetivos. Dessa forma, os adjetivos atuam como importantes indícios linguísticos ao fornecerem referenciais de avaliação ou de apreciação de seus autores, sobretudo porque “o adjetivo é um elemento privilegiado de penetração do ideológico no discurso, como campo de investimento de valor” (MOSCA, 1991, p. 117).

De acordo com Kerbrat-Orecchioni (1980, p. 73-131), os adjetivos classificados como objetivos são os que meramente caracterizam o substantivo, independente do posicionamento do autor. Já os subjetivos subdividem-se em afetivos e avaliativos. Adjetivos afetivos pressupõem uma reação emocional do autor na apresentação da propriedade dos

3 ENGELMANN, A. Relato verbal, principal representante da consciência humana. *Ciência e Cultura*, v. 41, p. 680-685, 1989.

substantivos que determinam, enquanto os avaliativos são subdivididos em axiológicos e não axiológicos. Os axiológicos implicam a noção de escolha individual e subjetiva do autor pelos valores morais, éticos, estéticos e espirituais, como produto da cultura da determinada sociedade em que o indivíduo se encontrar inserido.

O texto analisado foi entendido como “discurso”, na medida em que representa um “enunciado escrito que supõe, numa situação de comunicação, locutor e interlocutor”, de acordo com o conceito de Houaiss (2001, p. 1064). Comumente usados em textos literários, os adjetivos aparecem em grande quantidade no *corpus*, indicando que a subjetividade estava presente na esfera pública.

Com base nessas considerações, parte-se para a análise retomando o início do texto, em que se retoma a informação do falecimento de Francisco Xavier de Mendonça Furtado, o Secretário de Estado, “no dia quinze | de Novembro proximo passado na Corte de Villa Viçosa” (linha 6), por conta de “huma postema”⁴ (linha 6). Informa-se que essa morte tornara-se um embaraço a “poder fazer respostas positivas | nesta occasiaõ ás Cartas, que se receberam de Vossa Senhoria na Secretaria de Estado” (linha 1). Com isso, as cartas enviadas pelo Morgado de Mateus à Secretaria de Estado ficariam, “nesta | occasiaõ” (linha 1) sem resposta.

Por meio da menção da morte de seu irmão, o Conde de Oeiras confirma sua própria religiosidade: “veyo a falecer de | huma postema, depois de receber todos os Sacramentos” (linha 4) e a proximidade de sua família com o rei de Portugal “onde foi a= | acompanhando Sua Magestade” (linha 6). É com base nessa relação com a família real que o autor constrói as estratégias de autoapresentação de seu *ethos* no discurso.

Nesse contexto autoral, o documento trata de assunto selecionado em detrimento de outros: “Só me reduzirei a participar a | Vossa Senhoria huma noticia” (linha 7), a fim de manter a veracidade dos fatos “para o cazo de quando por outra parte lhe che= | gue desfigurada” (linha 8). Comprova-se, assim, que o autor assume o papel de informante da versão correta dos fatos, ao empregar um adjetivo avaliativo axiológico em seu favor. Ao atribuir a si o *ethos* de confiabilidade, comprova que “o controle social se dá por meio do controle do discurso e de sua produção, afinal, quanto menos poderosa for uma pessoa, menos o seu acesso às formas de escrita” (DIJK, 2012, p. 44).

Trata-se “de hum attenta= | do no qual a bondade Divina nos livrou, com huma especialissima | providencia” (linha 9) contra “El Rey | Nosso Senhor (linha 12), ao sair de “douseu Palacio de Villa Viçosa para se divertir nacaça | da Tapada acompanhado de toda a sua Corte” (linha 13). A adjetivação subjetiva axiológica de cunho religioso desenvolve-se a partir dessa introdução do caso e se estende ao longo de toda a correspondência, de forma a estabelecer a imagem pretendida ao caso narrado.

Assim, detalhes como a passagem (“Nofim do Terrei= | ro do Paço se acha huma porta chamada do Nó, que pelasua | estreiteza, não admite, que por ella possa sair mais de huma car= | ruagem, ou de hum Cavalleiro.” (linha 14)) e a localização do homem (“de tras do muro do lado esquer= | do” (linha 18)) parecem ser de grande importância para o desenvolvimento da explanação do evento narrado e tomam grande parte do texto, com descrições baseadas na adjetivação. Assim, essa correspondência constrói-se por meio de

4 *Postema* é um abscesso, uma inchação avermelhada e dolorosa, em que o pus comprime as terminações nervosas da região afetada.

estratégias típicas da tipologia textual da narração, de modo a usar recursos da narrativa que permitissem disseminar, embora de maneira velada, preceitos aliados à cultura portuguesa patriarcal.

Nessa diretriz, apresenta-se a dicotomia, entre a bondade do rei e a maldade do ‘humhomem nafigura de mendigo’ (linha 19) que o atacou, reforçada ao longo de todo o texto:

Quadro 3. Descrições do Rei

Rei
“presença <u>d</u> oseu <u>R</u> eal <u>e</u> spirito” (linha 22)
“com outra presença de <u>e</u> spirito” (linha 35)
“na grandeza <u>d</u> oseu [<u>R</u> eal] <u>a</u> nimo” (linha 35)

As locuções adjetivas axiológicas constroem a posição de herói ao Rei, adicionando-se o fato de ter ordenado “que ninguém matasse, ouferisse o mesmo [malvado] | assassino, mas quesó o prendessem” (linha 37).

Quadro 4. Descrições do adversário do Rei

Homem que atacou o Rei
“armou, eprocurou descarregar sobre aRe= al Cabeça do mesmo Senhor humsacrilego golpe, queseria <u>m</u> ortal” (linha 20)
“ <u>m</u> al= vado assassino” (linha 24)
“ <u>r</u> eferido monstro” (linha 32)
“foi taõ <u>o</u> bstinada a su[a fero=] cidade, quemaltratou algumas das pessoas, que estavam mais [perto] emquanto não foi prezo” (linha 32)
“O <u>e</u> xecr[ando] Reo” (linha 41)

O homem que manejava um “grande | Varapau, ou Cacheira” (linha 19) foi descrito como o vilão, nomeado como “[malvado] | assassino” (linha 37), sem ter de fato cometido qualquer homicídio na situação narrada. Os adjetivos grande e malvado assumem função subjetiva, a fim de acrescentarem as acusações contra “o execr[ando] Reo” (linha 41), assim caracterizado por mais um adjetivo axiológico. A favor desse homem não foi sequer mencionada a possibilidade de haver razões sociais ou políticas que pudessem ter motivado o atentado. A ele, a exemplo da população do período, não era dado o direito da comunicação pública. Isso porque, segundo Dijk (2012, p. 119), além do *status* social garantido pelas posições políticas, a base de poder é representada pelos recursos simbólicos do acesso à comunicação e ao discurso público.

O ofício justifica, por meio da caracterização dos dois personagens centrais, as consequências negativas ao homem, embora atenuadas pelo Rei: “tomado às mãos, prezo, e atado foi c[onduzi= | do] paraSegura prizaõ emqueseacha” (linha 42). Observa-se, com isso, que o poder social não apenas aparece ‘nos’ ou ‘por meio dos’ discursos, mas também que é relevante como força societal ‘por detrás’ dos discursos, conforme Dijk (2012, p. 44).

Nesse sentido, apresenta-se a superação heroica do ataque sofrido: “o primeiro golpe armado con= | tra acabeça apenas pôde offender a maõ da rêdea comhumale= | ve contuzaõ’

(linha 25) e “asegunda pancada [...] já não pôde ter espaço para offender se| não o Cavallo’ (linha 27). Esse ataque não gerou consequências ao Rei, que “con[tinu=] | ou (*Sua Magestade*) successivamente o seu caminho para a Ta[pada,] | onde se divertiu até á noite na forma do costume dos mais [dias]” (linha 38). Nota-se que a descrição permeia toda a construção da narrativa sobre o ataque, empregando pela adjetivação afetivo-axiológica uma retórica composta de apelos de cunho dramático com forte apelo emocional.

Em detrimento de questões de maior relevância à política da capitania de São Paulo, um acontecimento cotidiano da corte portuguesa é narrado de forma detalhada em correspondência oficial. Assim, o plano do privado e o do público confundem-se como característica da política vigente no Brasil setecentista. Conforme Villalta (2005, p. 332), a realidade colonial apresentava a constante confusão do público com o privado, permeando-se pela sociabilidade comunitária e pela civilidade das aparências vigente no Antigo Regime:

[...] um padrão de civilidade que cindia o parecer e o ser e, ao mesmo tempo, conferia ao espaço público grande importância na identificação dos indivíduos e dos grupos, tornando a glorificação das aparências, a simulação e a dissimulação uma regra básica de sociabilidade. (VILLALTA 2005, p. 332)

Sobreposto a assuntos políticos da capitania que aguardavam resposta, a ocorrência do ataque foi tratada em detalhes. Em contrapartida, assume-se a necessidade de serem respondidos os documentos políticos enviados da capitania de São Paulo ao reino “Pelas primeiras Embarçoens, que daqui partirão [breve=] | mente, participarei a *Vossa Senhoria* Resoluçoens de *Sua Mag[estade]* | respectivas ás *Cartas de Vossa Senhoria*” (linha 44).

O ofício apresenta sua conclusão de forma a reiterar a sobreposição do plano do privado real em prejuízo do público coletivo da colônia, com a afirmação de que “Suas Magestades se conservam na feliz disposição[õ, que] | devemos desejar-lhes” (linha 47). Em adição, como se mencionara que o Rei encontrava-se acompanhado de toda a sua corte, confirma-se que a mesma feliz disposição “logram todas as mais Pess[oas Reaes.]” (linha 48). Conclui-se, dessa maneira, com a adjetivação afetivo-axiológica, a fim de integrar a imagem positiva da realeza à ideologia do Brasil colonial.

Conclusão

A partir da edição semidiplomática como meio de reprodução textual de um manuscrito ainda não publicado, pretendeu-se estudar as escolhas lexicais na correspondência formal entre o Conde de Oeiras e o Morgado de Mateus enquanto governantes, realçando os vocábulos que apontam a subjetividade na narrativa sobre um ataque contra o Rei em seu passeio de domingo.

As lições encontradas nos testemunhos A e B (versão idiográfica, com a assinatura de próprio punho do Conde de Oeiras, em comparação com uma cópia produzida na capitania de São Paulo) do documento estudado apresentam apenas divergências gráficas, que não interferem no conteúdo do discurso.

Nessa correspondência administrativa oficial, um acontecimento cotidiano da corte portuguesa é narrado de forma detalhada, sobrepondo-se a assuntos políticos da capitania que aguardavam resposta. Com isso, o ofício em análise une as esferas do privado e o do público, apontando uma característica observada por diversos estudiosos na política do Brasil colonial setecentista.

Dessa maneira, a análise do ofício, embora sucintamente desenvolvida, permite que se vislumbrem as relações de dominação construídas a partir da ideologia apresentada no nível discursivo. Assim, a escolha vocabular do ofício analisado, em especial no que diz respeito aos adjetivos, aponta traços da construção discursiva iluminista, objetivando a legitimação da política pombalina.

Esse artigo intencionou, portanto, apresentar um fragmento textual que retratasse o uso da linguagem na instância do discurso da documentação governamental portuguesa setecentista e a interação social geradora e gerada por esse texto, a exemplo das demais correspondências do período. Objetivou-se, em última instância, que a divulgação do presente manuscrito incentive novas pesquisas filológicas e, por seu caráter curioso, possa despertar nos leitores o interesse pelos manuscritos enquanto fontes de dados não apenas linguísticos, mas também históricos e culturais.

REFERÊNCIAS

ANDRADE, M. L. C. V. O. Novos caminhos da linguística textual. *Revista de Filologia Portuguesa*. São Paulo: Edusp, 2011.

BLECUA, A. *Manual de crítica textual*. Madrid: Editorial Castalia, 1983.

BELLOTTO, H. L. *Como fazer análise diplomática e análise tipológica de documento de Arquivo*. Arquivo do Estado e Imprensa Oficial do Estado de São Paulo. São Paulo, 2002.

BENVENISTE, E. *Problemas de linguística geral*. Campinas: Pontes, 2005.

CAMBRAIA, C. N.; CUNHA, A. G. da; MEGALE, H. *A Carta de Pero Vaz de Caminha*. São Paulo: Série Diachronica 1, Humanitas, 2001.

DIJK, T. A. van. *Discurso e poder*. Judith Hoffnagel, Karina Falcone (Org.). 2. ed. São Paulo: Contexto, 2012.

HOUAISS, A. *Dicionário Eletrônico Houaiss da Língua Portuguesa*. Rio de Janeiro: Objetiva, 2001. 2922 p.

KERBRAT-ORECCHIONI, C. *L'énonciation de la subjectivité dans le langage*. 4. ed. Paris: Armand Colin, 1980.

MEGALE, H.; TOLEDO NETO, S. de A. T. (Org.) *Por minha letra e sinal* (Documentos do Ouro do Século XVII). São Paulo: Ateliê Editorial / Fapesp, 2006.

MOSCA, L. do L. S. *Subjetividade no editorial: uma análise retórico-argumentativa da adjetivação*. 1991. 406 f. Tese (Doutorado em Filologia e Língua Portuguesa) – Faculdade de Filosofia, Letras e Ciências Humanas, Universidade de São Paulo, São Paulo, 1991.

MUNHOZ, R. F. *Correspondência oficial para o Morgado de Mateus transcrição semiplomática do livro nº 170 do AESP de 1767 a 1775*. 2009. 555 f. Dissertação (Mestrado em Letras Clássicas e Vernáculas. Área de Concentração: Filologia Portuguesa) – Faculdade de Filosofia, Letras e Ciências Humanas, Universidade de São Paulo, São Paulo, 2009.

PEDROSA, C. E. F. *Análise Crítica do Discurso: do linguístico ao social do gênero midiático*. Aracaju: Editora da Universidade Federal de Sergipe, 2008.

VILLALTA, L. C. O que se fala e o que se lê: língua, instrução e leitura. In: SOUZA, L. M. (Org.). *História da vida privada no Brasil: cotidiano e vida privada na América Portuguesa*. v. 1. São Paulo: Companhia das Letras, 2005. p. 332-385.